
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - EMDUR
EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - EMDUR ATA
DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO –
EMDUR, REALIZADA NO DIA DEZOITO DE FEVEREIRO DO ANO DE
DOIS MIL E VINTE E CINCO

Aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco (18/02/2025), no horário agendado das 13h (uma hora), na Sala de Reuniões do Gabinete da Presidência da EMDUR, no endereço Avenida Brasília, 1576, Bairro Santa Bárbara, Porto Velho/RO, em Assembleia Geral Ordinária do Conselho de Administração – CONSAD da Empresa de Desenvolvimento Urbano – EMDUR do Município de Porto Velho/RO, reuniram-se os Membros: BRUNO OLIVEIRA DEHOLANDA, Presidente do Conselho de Administração da EMDUR, portador do CPF nº 350.321.382-15; ÉRICA MILVA DIAS, Primeira Vice-presidente do Conselho de Administração da EMDUR, portadora do CPF nº 422.152.422-72; ILZA NEYARA, Segunda Vice-presidente do Conselho de Administração da EMDUR, portadora do CPF nº 623.677.492-72; PAULO HENRIQUE VIEIRA DA COSTA, Primeiro Secretário do Conselho de Administração da EMDUR, portador do CPF nº 810.913.622-20; JOÃO PAULO SARAIVA LEÃO VIANA, Segundo Secretário do Conselho de Administração da EMDUR, portador do CPF nº 643.530.283-91; ERNILDO CELIOPASCOAL DA SILVA, Terceiro Secretário do Conselho de Administração da EMDUR, portador do CPF nº 106.838.952-49; WEVERTON KELVIN SILVA DAMACENA, membro representante dos empregados da EMDUR, portador do CPF nº 016.405.722-60; PAUTA: 1) Criação da Comissão Permanente 2) Flexibilidade e Novas Leis de Licitação 3) Desafios na Elaboração de Termos de Referência 4) Problemas Patrimoniais 5) Sistema de Controle de Almoxarifado 6) Uso de Reeducandos 7) Melhorias no Parque da Cidade 8) Responsabilidade Jurídica e Normas de Procedimento 9) Encaminhamentos Definidos. Inicialmente, foi debatida a criação de uma Comissão Permanente com o objetivo de agilizar a elaboração dos termos de referência, especialmente aqueles relacionados à contratação de serviços terceirizados. A comissão será composta por empregados efetivos, cedidos ou comissionados, sem previsão de gratificação adicional, e atuará na elaboração de documentação essencial para processos de aquisição e planejamento de

compras, visando a celeridade dos procedimentos internos. A necessidade dessa comissão foi reforçada pelas mudanças impostas pela nova Lei de Licitações, que restringiu a flexibilidade para a utilização de atas de outros poderes, impactando diretamente os prazos e a execução dos processos internos. Foram discutidos também os desafios na elaboração dos termos de referência, destacando-se as dificuldades enfrentadas na contratação de empresas terceirizadas e a importância da padronização dos procedimentos administrativos. Outro ponto abordado foi o relatório recente sobre o patrimônio, que identificou bens sem numeração patrimonial, condições inadequadas para uso e bens não localizados. Diante dessas constatações, sugeriu-se que a seção de patrimônio seja responsável por registrar as ocorrências e, quando necessário, iniciar processos administrativos para a devida apuração e a necessidade de normas de procedimento para garantir que cada setor saiba suas responsabilidades em relação ao patrimônio. No que se refere ao sistema de controle de almoxarifado, foi constatado que o sistema Exati não atende adequadamente às necessidades da organização. Assim, foi debatida a possibilidade de substituição do sistema ou a implementação de melhorias para torná-lo mais eficiente. Além disso, abordou-se a utilização de reeducandos em projetos institucionais, destacando-se a necessidade de supervisão rigorosa para garantir tanto a segurança quanto a reinserção social. Foi enfatizado que reeducandos não devem ser utilizados para suprir deficiências de mão de obra da organização, além de se discutir a responsabilidade da empresa em caso de incidentes. A reunião também tratou das melhorias no Parque da Cidade, incluindo a instalação de banheiros adequados e bebedouros. Considerou-se a possibilidade de cobrança de uma taxa simbólica pelo uso dos banheiros para auxiliar na manutenção do local. Além disso, foram debatidas parcerias público-privadas para a construção de quiosques e outras infraestruturas, bem como a captação de doações para viabilizar tais melhorias. Outras discussões abordaram a importância da criação de uma corregedoria ou comissão permanente para apuração de responsabilidades dentro da organização, bem como a necessidade de elaboração de normas de procedimento para padronizar os processos administrativos. Essas iniciativas refletem as preocupações e os planos da organização para melhorar a eficiência e a gestão interna. Dentre os encaminhamentos definidos, destacam-se a elaboração de normas de procedimento para abertura de processos administrativos e a consulta ao Tribunal de Contas sobre a viabilidade de doações para melhorias no parque. Também foi planejada a organização de uma reunião com o deputado Lucas para tratar de emendas e melhorias na infraestrutura. Outras medidas incluem a revisão da nomenclatura dos processos sancionatórios, a avaliação da prorrogação do contrato com o sistema Exati e a busca por um

novo sistema de controle de almoxarifado que atenda melhor às necessidades institucionais. Adicionalmente, ficou definida a realização de um levantamento detalhado dos móveis e equipamentos, incluindo fotos e localização e os próximos passos incluem a melhor instrução do processo de apuração de patrimônio, a prorrogação da comissão de estoque por mais 45 dias e a busca por parcerias para melhorias no parque. Nada mais havendo a ser discutido, e tendo sido esgotada a pauta do dia, o presidente da sessão declarou encerrada a reunião, agradecendo a participação de todos. Para constar, foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, foi assinada pelos membros presentes.

BRUNO OLIVEIRA DE HOLANDA

Presidente do Conselho

ÉRICA MILVA DIAS

1º Vice- Presidente

ILZA NEYARA

2º Vice- Presidente

PAULO HENRIQUE VIEIRA DA COSTA

1º Secretário

JOÃO PAULO SARAIVA LEÃO VIANA

2º Secretário

ERNILDO CELIO PASCOAL DA SILVA

3º Secretário

WEVERTON KELVIN SILVA DAMACENA

Membro Representante dos Empregados

Publicado por:

Fernanda Santos Julio

Código Identificador:7A091C8A

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 03/03/2025. Edição 3930

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/arom/>